

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 – Número 482 - 26/10 a 30/10/2026

CBIC | Comissão de Política de Relações Trabalhistas

Sumário

→ Destaque da Semana
→ Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
→ Notícias do Executivo
→ Notícias do Ministério Público do Trabalho
→ Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
→ e-Social
→ Outras Notícias
→ Atos Normativos
→ Dados estatísticos do Novo Caged/MTE

Destaque da Semana

MTE registra 4,3 mil denúncias de assédio eleitoral no trabalho em apenas três dias

Ministério do Trabalho e Emprego - 31/10/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) recebeu aproximadamente 4.305 denúncias de assédio eleitoral no ambiente de trabalho nos três primeiros dias de funcionamento do canal específico para esse tipo de ocorrência. Os registros foram feitos entre quarta-feira (28) e sexta-feira (30 de outubro), em diferentes regiões do país, e estão em análise pela Auditoria Fiscal do Trabalho do MTE, responsável por avaliar as informações e apurar os casos apresentados.

A Região Sudeste concentra o maior número de registros, com 2.087 denúncias, o equivalente a 48,5% do total nacional. Na distribuição por unidade da Federação, São Paulo lidera, com 1.325 registros, seguido pelo Rio de Janeiro (354) e Minas Gerais (345). Juntos, os três estados somam 2.024 denúncias, o que representa 47% do total recebido pelo Ministério.

Na sequência, aparecem Paraná, com 268 denúncias, e Santa Catarina, com 259. Os dados mostram que os cinco estados com maior número de registros concentram 2.551 denúncias, aproximadamente 59,2% do total.

Diante dos dados apresentados, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, reforça que a liberdade de escolha política dos trabalhadores deve ser respeitada e que o poder econômico não pode ser utilizado para constranger ou influenciar o voto.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

Testemunha indireta permite condenar empresa por assédio sexual

Tribunal Superior do Trabalho - 29/10/2026

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa a pagar R$ 33 mil a uma empregada vítima de assédio sexual de seu chefe durante viagem de carro a trabalho. Embora não houvesse testemunha presencial do assédio, outros elementos de prova confirmaram o relato da trabalhadora. O caso tramita em segredo de justiça.

Depressão relacionada ao trabalho garante indenização a vendedora de plano telefônico

Tribunal Superior do Trabalho - 29/10/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação da Claro S.A. ao pagamento de R$ 80 mil de indenização a uma vendedora que desenvolveu transtornos psiquiátricos associados às condições do ambiente de trabalho. O colegiado confirmou o entendimento de que havia relação entre a atividade profissional e a doença, além de assédio moral.

Resposta da Justiça do Trabalho sobre casos de assédio eleitoral será dura, rápida e ágil, afirma presidente do TST

Tribunal Superior do Trabalho - 28/10/2026

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Vieira de Mello Filho, afirmou, nesta quarta-feira (28), que a responsabilização de empregadores que praticaram discriminação e demitiram trabalhadores por motivação política será rápida e rigorosa. A declaração foi feita durante coletiva de imprensa na sede do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília, que reuniu representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Advocacia-Geral da União (AGU), do Ministério Público Eleitoral (MPE) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

RADAR TRABALHISTA

Vice-Presidência do TST amplia ações de conciliação e fortalece solução consensual de conflitos

Tribunal Superior do Trabalho - 28/10/2026

O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Guilherme Caputo Bastos, apresentou nesta terça-feira (27) um relatório com os resultados do trabalho de conciliação desenvolvido em seu primeiro ano de gestão na Vice-Presidência. Na sessão da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2), o ministro destacou que, entre outubro de 2025 e setembro de 2026, a Vice-Presidência se dedicou a "transformar diretrizes em ações concretas", atuando para consolidar a conciliação como política pública permanente.

Montadora é condenada por fornecer chuveiros sem divisórias em vestiários

Tribunal Superior do Trabalho - 28/10/2026

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a General Motors do Brasil Ltda. a pagar R$ 10 mil de indenização a um operador de produção que tinha de tomar banho em chuveiros sem portas nem divisórias. Para o colegiado, a exposição da intimidade nessas condições, mesmo quando os colegas são do mesmo sexo, viola a dignidade trabalhador e gera direito à reparação.

TST fixa duas novas teses vinculantes

Tribunal Superior do Trabalho - 27/10/2026

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) firmou, em sessão virtual encerrada na última sexta-feira (23), duas novas teses jurídicas com efeito vinculante (Temas 316 e 317) e determinou a afetação de uma nova matéria para fixação futura de tese (Tema 315). As decisões visam uniformizar a jurisprudência trabalhista e garantir maior segurança jurídica e celeridade no julgamento de processos semelhantes em todo o país.

RADAR TRABALHISTA

Faltas aplicadas a faxineira por atestados sem CID não justificam indenização

Tribunal Superior do Trabalho - 27/10/2026

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou o recurso de uma faxineira que pedia indenização por danos morais após a empresa descontar salários referentes a faltas justificadas por atestados médicos sem o código da Classificação Internacional de Doenças (CID). Por unanimidade, o colegiado entendeu que a exigência, prevista em norma coletiva, não viola a intimidade nem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), desde que não haja exposição indevida das informações de saúde.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

MTE realiza Circuito de Oportunidades para jovens em Florianópolis nos dias 3 e 4 de novembro

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/10/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realiza, nos dias 3 e 4 de novembro, em Florianópolis (SC), a primeira edição do Circuito de Oportunidades – Trabalho e Qualificação para as Juventudes. O evento ocorre no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), das 8h às 18h, e tem como objetivo ampliar o acesso de adolescentes e jovens às oportunidades de trabalho e qualificação profissional.

Conselho Curador do FGTS aprova orçamento de R$ 169 bilhões para investimentos em 2027

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/10/2026

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou, nesta quinta-feira (29), o orçamento de R$ 169 bilhões para investimentos em habitação, saneamento básico, infraestrutura urbana e saúde em 2027. Na mesma reunião, o colegiado prorrogou até 31 de março de 2027 a regra de transição que permite aos trabalhadores utilizar até cinco saques-aniversário futuros como garantia em operações de crédito.

MTE promove campanha de combate ao assédio eleitoral no trabalho

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/10/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) promove uma campanha de combate ao assédio eleitoral no trabalho, com ações de comunicação voltadas à orientação de trabalhadores e trabalhadoras sobre o direito à liberdade de escolha política e os canais disponíveis para denunciar situações de coação, ameaça ou discriminação no ambiente profissional.

RADAR TRABALHISTA

[Governo do Brasil anuncia medidas contra o assédio eleitoral no trabalho]

Ministério do Trabalho e Emprego - 28/10/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em conjunto com o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Advocacia-Geral da União (AGU), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Ministério Público Eleitoral (MPE) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), anunciou, nesta quarta-feira (28), medidas para combater o assédio eleitoral no ambiente de trabalho. As ações buscam proteger a liberdade de escolha política dos trabalhadores e responsabilizar empregadores envolvidos em práticas discriminatórias.

[MTE identifica aumento de afastamentos do trabalho relacionados ao vício em jogos]

Ministério do Trabalho e Emprego - 28/10/2026

Um estudo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), feito pela da Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho (SEET), identificou um aumento no número de trabalhadores que receberam benefício por incapacidade temporária relacionado à ludopatia, transtorno associado ao comportamento compulsivo de jogar.

[Aprendizagem profissional registra saldo de 17,6 mil vagas em agosto]

Ministério do Trabalho e Emprego - 28/10/2026

O número de jovens que ingressaram no mercado de trabalho por meio da Lei da Aprendizagem Profissional (Lei nº 10.097/2000) registrou saldo positivo de 17.677 vagas em agosto. O resultado é fruto de 72.752 admissões e 55.075 desligamentos no mês. Com isso, o estoque total de contratos de aprendizes chegou a 738.081 vínculos ativos em agosto. No acumulado de janeiro a agosto, o saldo é de 76.160 novos aprendizes.

[País ainda amarga a discriminação racial no mercado de trabalho]



RADAR TRABALHISTA

Ministério do Trabalho e Emprego - 26/10/2026

O dia 20 de novembro é lembrado em todo o país como o Dia da Consciência Negra. Instituído oficialmente pela Lei n.º 12.519, de 10 de novembro de 2011, será celebrada pela primeira vez este ano como um feriado nacional, medida sancionada pelo presidente Lula em dezembro de 2023. Até então, a data era comemorada somente em alguns municípios e estados brasileiros.

Previdência Social concede mais de 7 milhões de benefícios em 2025, recorde histórico

Ministério da Previdência Social - 29/10/2026

A Previdência Social bateu novo recorde na concessão de benefícios previdenciários (novos benefícios reconhecidos pelo INSS). Em 2025, foram registradas 7 milhões de concessões, entre aposentadorias, pensões e auxílios. É o maior número da série histórica. Desde 2021, as concessões vêm quebrando recorde e quando se compara com o nível registrado em 2016 (4,9 milhões) verifica-se um crescimento de 43%. Os números são do Anuário Estatístico da Previdência Social 2025, lançado na última terça-feira (27) em reunião do Conselho Nacional de Previdência Social.

Fundacentro lança livro sobre sinais de alerta para a prevenção de acidentes de trabalho

Fundacentro - 28/10/2026

A Fundacentro recebe, em 18 de novembro de 2026, o lançamento do livro “Sinais de Alerta: uma ferramenta sistémica, participativa e antecipatória para prevenção dos acidentes de trabalho”. O evento será realizado das 8h30 às 12h30, no Centro Técnico Nacional (CTN), em São Paulo, com transmissão pelo YouTube. O guia é uma ferramenta reúne décadas de experiência de profissionais, pesquisadores, representantes sindicais e instituições públicas nas áreas de saúde do trabalhador, investigação de acidentes, ergonomia e políticas públicas.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

Coletiva de imprensa alerta sobre assédio eleitoral no trabalho após as eleições

Ministério Público do Trabalho - 29/10/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu mais de 1.140 denúncias de assédio eleitoral no ambiente de trabalho em apenas três dias após o segundo turno. O balanço foi apresentado pelo secretário de Relações Institucionais do MPT, Maurício Coentro de Melo, em coletiva de imprensa realizada na quarta-feira (28.10), em Brasília. O evento foi feito em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Advocacia-Geral da União (AGU), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Ministério Público Eleitoral (MPE) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A agenda abordou medidas para combater práticas de discriminação e demissão de trabalhadores e trabalhadoras por motivação política, além de orientações para denunciar possíveis irregularidades.

Justiça atende MPT e manda Meta tirar do ar publicações que incentivam demissão por causa do voto

Ministério Público do Trabalho - 29/10/2026

A Justiça do Trabalho determinou que a Meta retire do ar, em até 24 horas, publicações no Instagram que incentivam empresários a vigiar, expor e demitir funcionários por causa do voto. A empresa também terá de exibir, em até 72 horas e por cinco dias seguidos, um aviso a todos os usuários do Instagram, do Facebook e do Threads no Brasil informando que a discriminação por convicção política e o assédio eleitoral no emprego são proibidos.

MPT recebe 530 denúncias de assédio eleitoral após resultado das eleições

Ministério Público do Trabalho - 27/10/2026

RADAR TRABALHISTA

O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 530 denúncias de assédio eleitoral após o resultado das eleições de 2026. Os números registrados de 23h59 do último domingo (25) até as 17h45 desta terça-feira (27) correspondem a 21,4% das 2.467 denúncias recebidas pela instituição em todo o ano. O volume chama a atenção para a continuidade das práticas de assédio eleitoral mesmo após o encerramento da votação, com publicações nas redes sociais que incentivam empresários a demitir trabalhadores que votaram em determinado candidato.

Outras Notícias

Condição de empregado hipersuficiente não autoriza redução de remuneração fixa

Consultor Jurídico - 30/10/2026

Com o entendimento de que a condição de empregada hipersuficiente não autoriza a supressão de vantagens salariais históricas por meio de um acordo individual prejudicial, a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), por unanimidade, declarou nula a alteração contratual que reduziu em 47,55% a remuneração fixa de uma trabalhadora. O colegiado determinou o pagamento de diferenças salariais e reflexos, além do restabelecimento de parcelas relacionadas à previdência complementar.

Fim da escala 6x1 e o novo empregado hipersuficiente

Consultor Jurídico - 29/10/2026

No último dia 16 de outubro, o Congresso promulgou, em sessão solene, a Emenda Constitucional 141, oriunda da PEC 221/2019. A norma põe fim à escala 6×1, reduz a duração máxima semanal do trabalho de 44 para 40 horas e garante dois dias de repouso semanal remunerado, tudo sem redução salarial. Trata-se, sem dúvida, da mais significativa transformação do regime constitucional da duração da jornada desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

TST fixa teses sobre divisor 220 e preclusão por cerceamento de defesa

Consultor Jurídico - 28/10/2026

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho firmou, em sessão virtual, duas novas teses jurídicas com efeito vinculante (Temas 316 e 317) e determinou a afetação de uma nova matéria para fixação futura de tese (Tema 315). As decisões visam uniformizar a jurisprudência trabalhista e garantir maior segurança jurídica e celeridade aos julgamentos de

processos semelhantes em todo o país.

STF prorrogou suspensão das sanções, mas não afastou validade da NR-1

Consultor Jurídico - 28/10/2026

Como amplamente noticiado por ocasião do julgamento da ADPF 1.316/DF, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, confirmou a decisão cautelar proferida pelo ministro relator André Mendonça, com a suspensão dos itens 1.5.3.1.4, 1.5.3.2.1, 1.5.4.4.2.1, 1.5.4.4.2.2 e 1.5.4.4.5.3 da NR-1, introduzidos pela Portaria MTE nº 1.419/2024, que servem de base para sanções vinculadas aos fatores psicossociais.

Exigir CID em atestado não viola intimidade do trabalhador

Consultor Jurídico - 28/10/2026

A 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de uma faxineira que pedia indenização por danos morais após a empresa descontar salários referentes a faltas justificadas por atestados médicos por motivos não registrados em código da Classificação Internacional de Doenças (CID). Por unanimidade, o colegiado entendeu que a exigência, prevista em norma coletiva, não viola a intimidade nem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), desde que não haja exposição indevida das informações de saúde.

Brasília recebe 1º Simpósio de Relações Trabalhistas e Sindicais

Consultor Jurídico - 28/10/2026

O Instituto Consenso vai sediar em Brasília, nos dias 12 e 13 de novembro, o 1º Simpósio de Relações Trabalhistas e Sindicais. Especialistas, representantes do setor produtivo, profissionais do Direito e dirigentes sindicais estarão reunidos para discutir os principais desafios e perspectivas das relações de trabalho no Brasil.

RADAR TRABALHISTA

Absolvição criminal não impede demissão por justa causa, decide TRT-2

Consultor Jurídico - 26/10/2026

Mesmo com a absolvição criminal na Justiça comum, é possível aplicar a justa causa ao empregado que comete falta grave, pois a ausência de dolo capaz de incriminar não impede a demissão. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) manteve a dispensa por justa causa de uma professora de educação infantil que puxou bruscamente um aluno de cinco anos pelo agasalho, conforme ficou registrado em vídeo.

MTE propõe definição de riscos psicossociais e integração entre NR 1 e NR 17

Revista Proteção - 30/10/2026

A proposta de conciliação elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para tratar dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho prevê mudanças no texto da NR 1 (Norma Regulamentadora nº 1), com a inclusão de uma definição específica para esses fatores e o reforço da articulação com a NR 17, que trata da ergonomia. O documento está aberto a contribuições da sociedade, de entidades representativas de empregadores e de trabalhadores, por meio de uma tomada de subsídios conduzida pela Advocacia-Geral da União (AGU).

OIT promove capacitação de magistrados e procuradores brasileiros sobre normas internacionais do trabalho

Organização Internacional do Trabalho - 29/10/2026

Das normas internacionais do trabalho aos desafios da economia de plataformas digitais, passando pela proteção dos direitos fundamentais, esses foram alguns dos temas abordados no curso de formação Normas Internacionais do Trabalho e sua Aplicação na Atuação Judicial e Ministerial, promovido pela Organização Internacional do Trabalho

(OIT), em parceria com a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR) e o Ministério Público do Trabalho (MPT), nos dias 27 e 28 de outubro, no Escritório Regional da OIT para América Latina e o Caribe, em Lima, no Peru.

CPRT avalia efeitos da redução da jornada de trabalho sobre custos e habitação

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 28/10/2026

A redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais pode representar um custo adicional de quase R$ 14 bilhões para a construção civil, considerando a contratação de trabalhadores para recompor as horas reduzidas e os encargos sociais básicos. A estimativa foi apresentada pela economista-chefe da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Ieda Vasconcelos, durante reunião da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), realizada nesta quarta-feira (28).

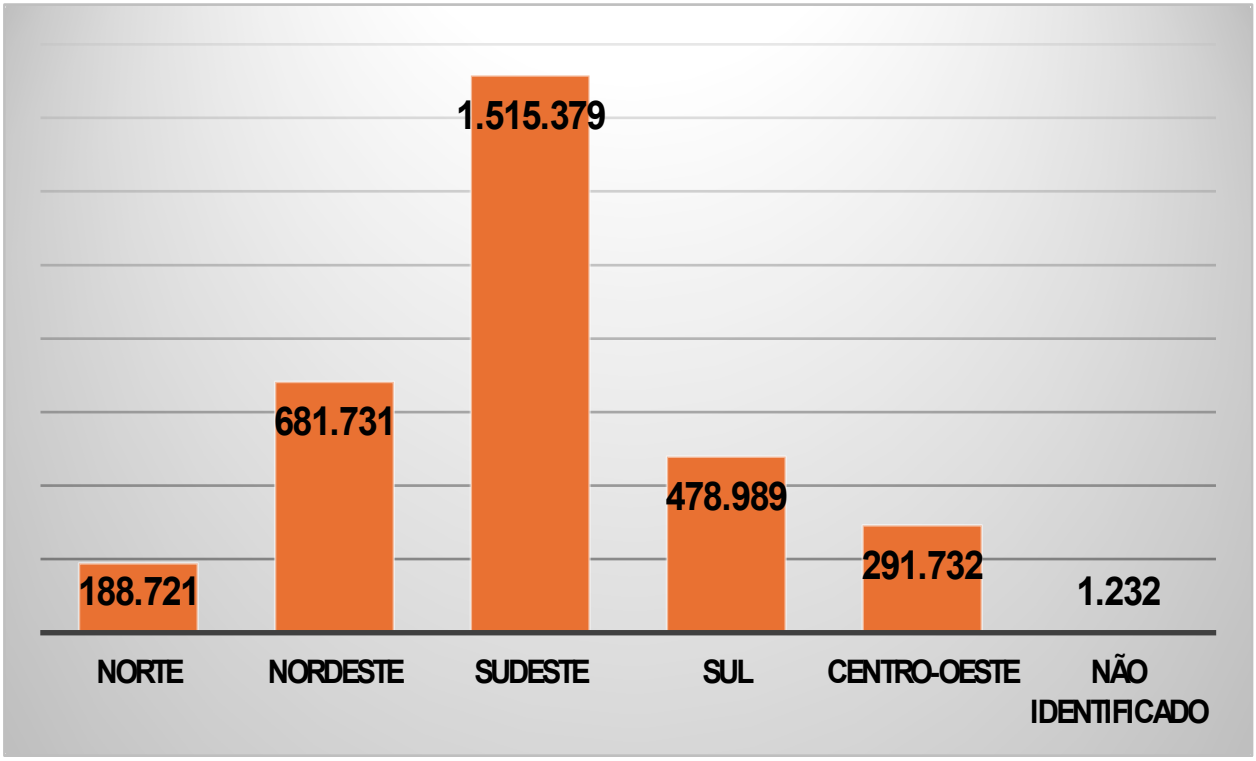
Atos Normativos

No período, não foram publicados atos normativos relativos às relações de trabalho.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do Novo Caged/MTE

Estoque de trabalhadores formais na Indústria da Construção por região (setembro/26):



Fonte: Novo Caged/MTE

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Eduardo Aroeira Almeida
Presidente

Fernado Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

David de Oliveira Fratel
Presidente da CPRT

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico